

ACTA NÚMERO 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

Aos 26 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, reuniu, ordinariamente pelas 20.30 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, o senhor Manuel Antunes de Magalhães, e Dr. Carlos Macedo que substituía nesta sessão a senhor Dra. Olga Samões, respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Dr. Abel Coelho, Dr. Hélder Ferreira, senhor Carlos Pereira, Dr. José Luís Gaspar, Dra. Maria José Castelo Branco, Dr. António Araújo e Prof. Dr. Jorge Magalhães Mendes, respectivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Foi entretanto dada posse ao senhor Jorge Daniel Bessa Pinto, que substituiu, a senhora Dra. Olga Samões, Secretária da Assembleia Municipal.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Cunha, Ercília Costa, Amélia Oliveira, Raimundo Magalhães Carvalho, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Avelino Teixeira Carmo, Henrique Baptista, Olívia da Conceição Carvalho, **Jorge Daniel Bessa Pinto**, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel Basto Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Cristina Lucinda Teixeira, Carla Babo, Joaquim Cândido Leite Moreira, Joaquim Vieira Soares, Carlos Manuel Azevedo Pereira, Fernando Silva Soares Carneiro, Sara Luísa Maia, Maria Rosa Estebaínha, Eduardo Oliveira Pinheiro, Vítor Briga Rei, Marco Carneiro, **Elisa Antunes**, Pedro Reis, Sandra Cristina Marinho, Raquel Canito, José Augusto Silva, Hélder Justino Barros, Fernando Cerqueira, Luís Manuel Valente Teixeira, Adriano Santos, Natália Gonçalves, Manuel Cândido Mendes Costa, Luís Teixeira Ricardo, José Francisco Rodrigues, António Duarte, Ana Rita Batista e Maria de Fátima Peixoto.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ABOADELA – António Joaquim Gonçalves
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura

ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ATAÍDE – Lino Manuel S. Macedo
BUSTELO – Carlos Alberto Pereira Gomes
CANADELO – António Dias Vitória
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga
CEPELOS – Subs. por **Paulo Manuel Leite Teixeira**
CHAPA - António Cândido Alves Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – Fernando Teixeira Mendes
FIGUEIRÓ – Daniel Pinheiro
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro
FREIXO DE BAIXO – Subs. por **Miguel Teixeira**
FRIDÃO – José Joaquim M. Teixeira
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
S. SIMÃO - Liliana Ribeiro
JAZENTE – Manuel Pinheiro
Lomba – Paulo Vasconcelos
LOUREDO – Carlos Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – António Pinheiro
MANCELOS – Carlos César Carvalho
OLIVEIRA - Vítor Hugo Rocha Vieira
OLO – Manuel António Leite Ribeiro
PADRONELO – Luís Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
REBORDELO – José Manuel Machado Meireles
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
SANCHE – Henrique Monteiro
TRAVANCA – Fernando Cunha
TELÕES – Domingos Teixeira Pinheiro
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho

Faltaram a esta sessão da Assembleia Municipal os senhores:

Abílio Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Freixo de Cima, o senhor Manuel Teixeira, Presidente da Junta de Vila Garcia e Susana de Fátima Mesquita Ribeiro

Nesta sessão o senhor deputado António Alcino Norte Simões, foi substituído pela senhora deputada Elisa Antunes pelo facto deste ter pedido a suspensão de funções por um período de 30 dias.

De seguida foi dada a conhecer aos presentes a correspondência chegada à Assembleia até à data da realização da sessão. Foi lido pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia um Voto de Pesar, que se encontra nos anexos, relacionado com as vítimas do temporal na Madeira.

O Voto de Pesar foi aprovado por UNANIMIDADE por todos os presentes.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Neste período usaram da palavra os senhores:

PRESIDENTE DA JUNTA DE TELÕES – DOMINGOS PINHEIRO

No uso da palavra, referiu-se à construção de um muro que está a ser levado a efeito junto à sede da Junta de Freguesia que depois de concluído reduzirá a faixa de rodagem à largura de 1,90 metros.

Disse também que em devido tempo alertou a Câmara para esta construção, mas nada foi feito. Quis saber se o muro está a ser construído legalmente, porque se assim continuar e na hipótese de haver ali um acidente ou ser preciso alargar a estrada, nunca mais isso irá ser possível.

PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA – PAULO VASCONCELOS

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba fez uma intervenção que se encontra nos anexos da acta, onde foca os problemas do Sistema Nacional de Saúde, apresentando como caso concreto aquele que se passou com o seu pai.

DRA. ELISA ANTUNES- BE

No uso da palavra, começou por dizer que sentia regozijada com o facto de ver na página da Câmara a oposição desta à construção da Barragem de Fridão. Ficou feliz por isso. Mas qual não é o seu espanto quando no dia 11/02/10 leu no Jornal de Noticias uma entrevista onde o senhor Presidente da Câmara admitia a construção da Barragem porque afinal os benefícios eram maiores que os prejuízos. Afinal, senhor Presidente da Câmara, e de uma vez por todas, é ou não contra a construção da Barragem?

PRESIDENTE DA JUNTA DE GONDAR – ANTÓNIO BASTOS TEIXEIRA

No uso da palavra, referiu as queixas dos moradores que vivem à face da estrada Larim/Cavalinho, queixas essas que lhe dão conta da falta de sinalização e lombas na estrada o que a torna muito perigosa. Pediu também uma reparação urgente para a estrada que liga Areias/Moure, que está totalmente degradada.

SR. FERNANDO CARNEIRO – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado fez uma intervenção que se encontra nos anexos desta acta.

Entretanto a senhor deputada **DRA. ERCÍLIA COSTA**, usou da palavra para dizer que iria fazer uma intervenção relacionada com a barragem, mas que deixaria isso para a altura em que se discutisse o ponto previamente agendado.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por responder ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Telões, dizendo-lhe que o muro está licenciado pelo GESPAR e está substituir um outro que já lá existia. A Câmara apenas tem de cumprir a lei. Quanto ao trânsito naquela rua, a responsabilidade é da Câmara e no presente caso a Junta apenas tem de dar conhecimento dos problemas que ali existem. Não pode alterar nem regulamentar o trânsito.

De seguida referiu-se à intervenção do senhor Presidente da Junta da Lomba, a quem disse que não podemos nem devemos falar de saúde baseado em experiências particulares. Os problemas que aconteceram devem ser participados ao Director Clínico ou então à administração do Hospital. Em todas as profissões há bons e maus profissionais.

Respondeu de seguida à senhora deputada Elisa Antunes, dizendo-lhe que todos os partidos estão a favor do PNBEH, menos o PEV e o BE. Aliás, todos entendem que devemos lutar contra a dependência do petróleo. Os amarantinos foram influenciados por um cartaz colocado pelo BE, acerca de um ano. Perguntou-lhe se o BE ainda está convencido que a cota vai ser aquela que apresentavam nos cartazes?

Não se percebe muito bem onde é que a Dra. Elisa e o BE são contra. Ele, é contra a artificialização dos rios, mas também é verdade que cada vez mais temos de combater a dependência energética.

Relativamente à segurança, disse que lhe parece ser neste momento uma questão secundária. Depois de ter lido a entrevista do Professor Rui Cortes, mais descansado ficou. Mais convencido ficou quando o Movimento Antibarragem disse que o problema de segurança é dramático porque depois de construída as pessoas ficam descansadas demais. Se assim for isso é mau. Não há nenhuma ruptura que possa vir a acontecer que não seja monitorizada em tempo capaz de garantir a segurança de pessoas e bens.

Referiu depois a entrevista publicada no Jornal de Notícias, dizendo que entre outras coisas o texto do título saiu deturpado. Para a próxima vai ter mais cuidado.

Disse também ao senhor deputado Fernando Carneiro que a Moção devia ter aspas no início e no fim porque houve efectivamente uma plágio. Limitaram-se a copiar, porque afinal esta Moção não é mais que uma cópia da sua posição inicial quanto à construção da barragem.

Sempre lutou para que a cota do Torrão não ultrapasse a 62. Relativamente à obra do Arquinho, disse-lhe que está dentro dos prazos previstos. Parou apenas onde apareceu o arco, que neste momento aguarda uma alteração ao projecto para aquele local. Os trabalhos a mais, se os houver não poderão ultrapassar o previsto na lei.

Quanto à linha do Tâmega disse-lhe que o governo vai ter de cumprir que prometeu, e é certo que a linha vai ser reposta.

DRA. ELISA ANTUNES - BE

No uso da palavra perguntou ao senhor Presidente da Câmara porque é que afinal ele votou a favor a Moção do PSD? Para esclarecer os amarantinos, o senhor Presidente da Câmara deve de uma vez por todas dizer o que pensa acerca da construção da Barragem.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD

No uso da palavra disse que não era objector à construção da Barragem. Na altura dirá o que pensa relativamente a este assunto.

Por sua vez, o senhor deputado **Fernando Carneiro** leu de novo partes da intervenção que anteriormente fez, nomeadamente o seguinte paragrafo: "Quando se ouve dizer pelos responsáveis do EIA que o impacto negativo é de 70%. Na cidade e no local é de 100%." Perante isto estamos esclarecidos.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, referiu e leu partes de um artigo publicado no Jornal de Amarante, com o título "CARNAVAL", da autoria do senhor Carlos Carvalho que nesse artigo diz que é contra a barragem mas que simultaneamente acusa a Câmara de não exigir contrapartidas pela sua construção, dizendo a determinado passo do artigo que até nisto Amarante relativamente a outros concelhos se deixou ultrapassar. Há nesta postura alguma incoerência. O PSD tem uma face e uma outra face oculta que exige à Câmara contrapartidas pela construção da Barragem. A bancada do PSD deve neste altura prestar os devidos esclarecimentos.

A bancada do PS pronunciar-se-á na devida altura.

DR. EDUARDO PINHEIRO – PS

No uso da palavra, disse que a Dra. Fátima Teixeira referiu que o impacto da Barragem seria de 70%. Contudo, esses 70% referem-se ao valor da média nacional. O papel do gabinete é nesta fase minorar esses 70%.

Foi dada seguidamente a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse que não reivindicava vitórias neste processo. Foi ele que em devido tempo e em primeiro lugar, por altura da apresentação do Plano Nacional de Barragens, disse não à cota 65 para a exploração do Torrão. Foi-lhe dito que isso seria respeitado enquanto Amarante quisesse. Nessa reunião este acompanhado pelo Dr. Pilroto, pelo senhor Ferreira Torres. Quem falou foi ele, porque era ele o Presidente da Câmara e esteve na reunião nessa qualidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes cidadãos:

SR. MANUEL PINHA, comerciante no Edifício Navarras que começou por dizer que era comerciante para de seguida perguntar se o prazo das obras do Arquinho já expirou ou não?

Perguntou também se a Câmara tem alguma ideia para revitalizar o comércio na Baixa que definha dia a dia?

Terminou a sua intervenção perguntando se o terreno em frente à Central de Camionagem é ou não da Câmara, e se o é porque não fazer ali um arranjo que permita que as pessoas ali estacionem com alguma qualidade? Os comerciantes merecem mais respeito.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA, no uso da palavra começou por manifestar-se a favor da construção da barragem, dizendo que o país precisa de energia. Sente-se hoje muito mais esclarecido o que o leva a ser hoje muito mais a favor. Celorico, Mondim deram já o seu aval à construção. Não percebe o porquê de tanta relutância em Amarante.

Referiu também o projecto de mobilidade que recentemente viu e que poderá vir a ser muito importante para recuperar a cidade. Disse também não entender qual a razão de se gastarem 2 milhões de euros a construir dois campos de futebol sintéticos, quando as necessidades de Amarante são bem maiores.

Nesta altura, e porque o senhor Jorge não estava a colocar perguntas à Assembleia, mas sim a usar da palavra como se de um deputado se tratasse, o senhor Presidente da Assembleia retirou-lhe a palavra.

SR. PAULO HENRIQUES de Telões, usou da palavra para referir de novo o muro que está a ser construído nas imediações da Junta de Freguesia para perguntar se não haverá solução para alargar o apertado caminho que ali vai ficar, até porque é o acesso a 7 casas ali existentes?

SR. ANTÓNIO ADELINO

No uso da palavra começou por dizer que duas coisas o traziam ali. A primeira prendia-se com o assunto da construção da barragem e na segunda pretendia um esclarecimento. Relativamente à barragem, pediu ao senhor Presidente que solicitasse ao Governo que suspendesse a construção porque as razões que estão por detrás do Plano Nacional de Barragens não se verificaram: Aquecimento global, (indução de gases com efeito estufa), reservas estratégicas de água e redução da dependência energética com o exterior. Quanto à redução dos gases com efeito estufa, verifica-se uma diminuição de CO₂, mas em contrapartida há a registar a libertação de metano que tem um efeito 17 a 20 vezes superiores à do CO₂. De facto, com a estratificação térmica e a graduação em oxigénio, a qualidade da água deixa muito a desejar. Quanto à dependência energética fóssil, (petróleo), façam-se as contas.

Segundo um representante da EDP a barragem de Fridão poupar-nos-à 15M euros de importação de petróleo. Sabe o que isto significa senhor Presidente? Como gastamos 300.000 barris de petróleo diários e cada barril está cotado em 74 dólares, significa uma despesa de 22,44 M de euros e como a importância de 15 M euros é igual a 20,25 M dólares, verifica-se que há um gasto de 0,90/dia o que quer dizer que a Barragem apenas satisfaz 0,90€ de um dia. Tantos problemas ambientais, tantos danos patrimoniais, e tantos outros problemas, para benefícios tão exíguos. Como se vê, estar-se contra a barragem denota uma atitude patriótica e de responsabilidade, e não como por vezes ouve dizer que se assim não for se tem uma atitude egoísta, mesquinha e de pouca solidariedade para com o todo nacional.

Em relação ao protesto (esclarecimento) disse que numa sessão de esclarecimento sobre a barragem, realizada na antiga cadeia, e organizado pela Câmara, quando da possibilidade de intervenções públicas foi-lhe negado deliberadamente pelo moderador o direito a expor as dúvidas. Como o evento foi organizado pela Câmara e o dito moderador é funcionário da autarquia, o senhor Presidente terá de responder pelo que de bem ou de mal se passa. A minha pergunta é a seguinte: teve o senhor Presidente a ver, directa ou indirectamente a ver com este percalço (acto de censura)? De qualquer maneira nada dispensa o moderador de ter de responder pelos actos que comete, porque o seu comportamento foi em tudo semelhante a "um moço de recados", sem ofensa, mas tão só como força de expressão.

Terminada a intervenção do senhor António Adelino o senhor deputado **RAIMUNDO MAGALHÃES**, pediu a palavra para dizer que os cidadãos devem usar da palavra dentro dos parâmetros que a lei lhes confere e não lhe ser permitido terem feito as intervenções que fizeram. O senhor Presidente da Assembleia não pode permitir que a Assembleia se transforme num plenário de cidadãos.

Perante esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse-lhe que não admitia recados e que foi ele o primeiro a dizer que não admitia insultos. As pessoas deviam conhecer o Regimento.

O senhor deputado **ENGENHEIRO HENRIQUE BAPTISTA** usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Assembleia que ele não devia ter permitido que o senhor deputado tivesse usado da palavra nesta altura da sessão.

Foi dada de seguida a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por dizer ao senhor PINHA, que lhe foi dito pela empresa que logo que viessem alguns dias de sol, seria colocada uma primeira camada de piso.

Quanto ao comércio, falou em devido tempo com todos os comerciantes da zona do Arquinho, que não se queixaram, à excepção de um.

O terreno em frente à central de camionagem já foi adquirido pela Câmara e logo que possível vai levar paralelo.

Vai aconselhar todos os comerciantes a tirar os produtos dos passeios, porque dá uma má imagem e não dignifica o comércio.

As passadeiras vermelhas não chamam clientes. O comércio, de uma vez por todas tem de ter regras. Está disposto a ajudar, mas todos tem de colaborar.

Relativamente às questões da Barragem, disse que só aceita negociar contrapartidas, depois de saber se vai ou não ser feita. Ao fazê-lo antes é admitir que vai ser feita. Mesmo nessa altura, só fará negociações quando toda a Amarante quiser.

Referiu de seguida o caminho de Telões, dizendo que será alargado quando a Câmara e a Junta entenderem que isso se torna necessário. Espera bem, que alguma das setes casas que o senhor Paulo referiu não tenha sido feita agora, porque é estranho que só agora se venha pedir o alargamento.

Ao senhor António Adelino disse que está de boa fé em todo o processo da barragem

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE DEZEMBRO DE 2009

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

DRA ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, a senhora deputada começou por dizer que era preciso mais cuidado na elaboração das actas, nomeadamente no que diz respeito à pontuação. Solicitou que fosse corrigido o texto da sua intervenção na página 20, porque onde se lê "...do PSD é uma bancada de velhos rabugentos", deve ler-se "...do PSD parece uma velha rabugenta..."

Na página 25, início do ponto nº 11, não devia ter sido escrito que "deu entrada uma proposta" porque efectivamente não foi isso que aconteceu, até porque um dos elementos da referida proposta, o Dr. Norte Simões tinha nessa altura o mandato suspenso por 30 dias, logo nem sequer podia fazer parte da referida lista.

Alertou também para o facto de se dever sempre identificar os anexos, porque o do Professor Pedro Reis nem sequer foi assinado.

SR. ANTONIO DUARTE – CDU

No uso da palavra, o senhor deputado António Duarte, pediu que no texto da sua intervenção na página 13, onde se lê "...usou tambor..." deve ler-se "...usou também...". Na página 24 onde se lê "...quando vê..." deve ler-se "...enquanto vir...", onde se lê "...quando vir os armazéns...", deve ler-se "...enquanto vir...". Na página 26 onde se lê "...da Comissão tem a ver com o compromisso...", deve ler-se "...da Comissão tem a ver com o conformismo...".

Usou de seguida a palavra o senhor deputado Engenheiro **HENRIQUE BAPTISTA**, para dizer que concordava com a Dra. Ercília Costa, porque também entende que devia haver mais cuidado nas

transcrições. Na página 9, no texto da sua intervenção é dito que "...não concorda com o que está escrito na página 5...". Como deputado não tem que concordar ou deixar de concordar. Nessa altura apenas interpelou o senhor Presidente da Câmara para saber se era verdade. Interpelou na mesma altura o senhor Presidente da Assembleia para saber se ele caucionava essa verdade. Não tem de concordar ou deixar de concordar. Somos todos adultos. Cada um faz o que quer.

PROF. PEDRO REIS – PSD

No uso da palavra começou por dizer que foram ditas frases importantes e que não estão transcritas. Na página 4, falta escrever que a Dra. Ercília Costa considerou a sua intervenção uma declaração de voto.

Na página 5 deve ser acrescentado que na altura disse à Dra. Ercília Costa que o documento não era uma declaração de voto uma vez que o texto foi lido antes da votação e que por isso não devia ter sido enviado aos membros da Assembleia. O senhor Presidente da Câmara confirmou-lhe na altura que a intervenção era uma declaração política.

Na mesma página, no texto da intervenção do senhor Presidente da Câmara falta uma frase que deve ser "...relativamente aos factos que se refere não podia deixar de agradecer ao senhor Dr. Abel Afonso uma vez que ele na altura era o Presidente da Comissão Política do PSD". Isto é importante que fique porque o Dr. José Luís era o Presidente da Comissão Política.

Quanto ao facto do documento da sua intervenção não estar assinado deve ao facto de o ter mandado por mail. Pode, se lhe for autorizado assina-lo agora.

ENG. VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra começou por dizer que queria apenas fazer um reparo à acta no que diz respeito à sua intervenção inserida na página 26. Embora o sentido do que lá está escrito esteja correcto interessa dizer que foi feita referência a um relatório da Comissão Europeia. Aquilo que consta como palavras suas são apenas conclusões que retirou do referido relatório. Transcreve-lo seria desnecessário até porque o parecer está nos anexos onde pode ser consultada.

Entretanto, o senhor **Presidente da Assembleia**, disse que deverá ser acrescentado o nome do senhor Engenheiro Joaquim Vieira Soares, na relação de presenças, uma vez que esteve presente e não consta.

Relativamente à inclusão do nome do senhor deputado Dr. Norte Simões na lista da Comissão de Acompanhamento, reconheceu que efectivamente houve um lapso. Ninguém se apercebeu que a suspensão era por 30 dias e mesmo no dia da votação verificou-se uma aprovação com zero votos contra, 5 abstenções e 65 votos a favor, o que, de certo modo explica que não foi fácil detectar essa situação.

Por sua vez a senhora deputada **DRA. ERCÍLIA COSTA** disse que nesse dia, apenas aprovaram a constituição de uma Comissão. Os nomes

seriam incluídos depois. Logo, se uma das pessoas tinha o mandato suspenso, não podia fazer parte da dita Comissão.

DR. ANTÓNIO RICARDO – PSD

No uso da palavra, pediu para na página 23, na sua intervenção onde se lê, “propor pouco”, deve ler-se “propor menos”.

O senhor Eng. **HENRIQUE BATISTA**, usou de novo a palavra para dizer se o Dr. Norte Simões tinha o mandato suspenso, não podia ser eleito. É preciso mais atenção a estas situações.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra disse que efectivamente a nomeação foi feita indevidamente. Estamos ainda a tempo de corrigir, elegendo hoje uma outra Comissão. Se assim for esta nova situação deverá constar em acta.

Aproveitou o tempo de intervenção para alertar o senhor Presidente da Assembleia das condições que hoje a sala tem. Está tudo misturado, havendo deputados sentados nos lugares do público. Assim não há condições de trabalho.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação da acta. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0
ABSTENÇÕES – 1
VOTOS A FAVOR – 69

Foi também votada em **MINUTA**. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados: **VOTOS CONTRA – 0, ABSTENÇÕES – 1, VOTOS A FAVOR – 69.**

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Em relação a este ponto nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO NO VALOR DE 7.300.000,00€

Usaram da palavra os senhores:

DRA. ANA RITA BATISTA – PSD

A senhora deputada fez uma intervenção que se dá por transcrita encontrando-se nos anexos desta acta onde pode ser lida na integra.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra começou por dizer que este empréstimo só é possível dada a grande capacidade de endividamento que a Autarquia ainda tem. Este empréstimo a ser aprovado vai permitir grandes investimentos na saúde, na segurança, na educação e no desporto. Se não apostarmos por exemplo no desporto, certamente gastaremos mais na saúde. Os jovens serão os primeiros a sofrer com isso. Os investimentos devem ser vistos na vertente imaterial e não só na material.

SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU

No uso da palavra começou por dizer que longe vão os tempos em que o desporto era são para alguns. Hoje está mais democratizado e ainda bem. A CDU depois de ter analisado a proposta votará a favor. Não há dinheiro que pague a possibilidade de muitos jovens poderem praticar desporto. O Amarante Futebol Clube parece estar no bom caminho e por isso todo o apoio que possa ser dado à formação será muito útil.

DR. ADRIANO SANTOS – CDS

No uso da palavra começou por dizer que a Dra. Ercília até tem alguma razão. Agora, também é verdade que quando não há dinheiro não há vícios. É mau que no final do mandato o endividamento seja o dobro daquilo que é hoje. O senhor deputado fez uma intervenção que se encontra nos anexos desta acta.

PROF. PAULO VASCONCELOS – PRESIDENTE DA J.F. DA LOMBA

No uso da palavra, começou por dizer que ficava espantado quando houve dizer que o dinheiro é bem gasto no futebol. Quando o país passa por uma crise sem precedentes, gastam-se 2 milhões a relvar dois campos de futebol. É pena não existirem verbas para outras modalidades que também envolvem muitos atletas. Se a ideia de desporto é só o Amarante e o Vila Meã, então estamos conversados.

Existem associações em quase todas as freguesias. Será que a Câmara vai também fazer algumas obras nas instalações pouco dignas que alguns possuem? Espera que o papel dessas associações seja salvaguardado. Terminou a intervenção dizendo que é preciso mais contenção nesses investimentos.

DR. VICTOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que na última Assembleia para justificar a inexistência de protocolos o professor Cândido Moreira, disse a certa altura da sua intervenção: “quando as receitas da Câmara são menos terá de haver contenção para todos, incluindo Câmara e Juntas de Freguesia”. O Professor Jorge Pinto relativamente ao mesmo assunto disse

também; “todos sabemos da inexistência de protocolos, mas será que 2010 não deverá ser um ano de contenção orçamental?” O senhor Presidente da Câmara disse também: “não é desconsideração para com as Juntas que não há protocolos. Não há condições financeiras para os fazer. Respondeu na altura ao senhor Engenheiro Baptista que não fazia qualquer proposta para incluir protocolos, porque não tinha dinheiro para isso”.

Pode ler-se também na declaração de voto do PSD: “a inexistência de protocolos poderá ser coberta com recurso ao sacrifício parcial, ou ao desdobramento no tempo de outros investimentos embora, porventura necessários serão certamente bem menos prioritários que, por exemplo, a requalificação de campos de futebol. Quem lê a declaração de voto do Vereadores do Partido Socialista saída da reunião de Câmara de 7 de Dezembro. Pode ler que: “o exercício das práticas municipais tem de ser equacionado de acordo com as necessidades, os equilíbrios políticos e os recursos disponíveis, não sendo os recursos ilimitados bem pelo contrário, a Câmara Municipal tem de ponderar os investimentos salvaguardando sempre o princípio da sustentabilidade. Posto isto perguntamo-nos: Onde pára a coerência das opções políticas do PS na gestão dos dinheiros do nosso município?”

Terminou a sua intervenção citando Fernando Pessoa, acreditando que a maioria socialista acatará tão sábias palavras como sendo suas. Disse Fernando Pessoa: “Se eu pudesse dizer o que nunca te direi, tu terias que entender aquilo que eu nem sei”.

DR. EDUARDO PINHEIRO – PS

No uso da palavra, referiu-se às palavras do senhor deputado Dr. Adriano Santos, dizendo que não era verdade aquilo que ele disse relativamente à capacidade de endividamento. Não é verdade que a situação de endividamento venha a ser o dobro. O empréstimo vai ao longo do seu prazo amortizar juros e pagar as obras para o qual foi contraído. Por isso nunca aumentará o endividamento. Quando muito ficará como está.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra disse que o PSD tem duas posições relativamente ao empréstimo. Tem uma posição de alguém que pensa que estamos no fim de um ciclo político e assim sendo faria todo o sentido que fosse o PSD a fazer as obras. Daí a razão de se quererem abster na votação do empréstimo. Perante isto não questionam a legitimidade do empréstimo.

Por outro lado temos um PSD que vem dizer que é impróprio financiar o futebol, sabendo eles que o empréstimo não é para financiar o futebol. Houve um tempo no passado que se descarregaram dinheiros públicos a financiar contratos com jogadores, a pagar almoços entre muitas outras coisas. O que está a ser discutido neste momento é a construção de infra estruturas. Não se pretende dar subsidio alguma ao futebol.

No fundo todos os partidos estão de acordo com empréstimo, porque como foi aprovado o orçamento, todos sabem que é preciso contrair um empréstimo para fazer obras.

Terminou a sua intervenção dizendo ao senhor Paulo Vasconcelos, que com o empréstimo aprovado é natural que venha a haver mais folga financeira para fazer obras nas freguesias.

DRA ERCILIA COSTA - PS

No uso da palavra disse que muito mal vai a nossa vida quando tudo passa a ser material. Entende que a conjuntura não é favorável, mas é preciso apoiar o desporto. Que seria dos jovens se não lhes fosse dada uma actividade desportiva. Quer o senhor Paulo Vasconcelos queira quer não, a nossa cultura é ainda a do futebol, o único desporto que arrasta massas.

SR. RAIMUNDO MAGALHAES – PS

No uso da palavra disse que devemos levar os investimentos onde eles são precisos. Estamos a falar num investimento para cerca de 450 jovens. É um investimento que vai ser utilizado por todos, não só pelos Vilameanenses. Importa dizer que em Vila Meã os pais colaboram financeiramente na formação dos jovens.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD

Começou por dizer que a Mesa parecer fingir que não o vê quando ela pede a palavra. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que fica espantado quando ouve pessoas a defenderem que gastar 2 milhões no futebol é fomentar o desporto. Há muitos campos de futebol nas freguesias em condições deploráveis. As piscinas municipais estão num estado lastimável. Os pavilhões não são suficientes para tanta juventude. Agora, é preciso perceber que o futebol é desporto, mas não é o único.

Há obras que não tem sido feitas porque a justificação é não haver dinheiro, mas afinal vai haver 2 milhões de euros para relvar campos de futebol. Votará contra. Não contra as obras que constam do empréstimo, mas apenas pela forma como vai o dinheiro ser investido. Basta ver que há bem pouco tempo foram investidos milhões em campos de futebol, que estão hoje às moscas e a causar imensos problemas aos municípios.

Por sua vez, o senhor Presidente da Junta da Lomba, usou da palavra para dizer de novo que deve haver contenção e neste momento não faz sentido gastar tanto dinheiro no futebol, quando pelas freguesias as carências ainda são muitas.

Foi dada de seguida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para que prestasse os esclarecimentos que anteriormente lhe foram solicitados.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara, começou por responder à senhora deputada Dra. Ana Rita Batista, perguntando-lhe quem é que prometeu na campanha eleitoral campos de futebol sintéticos para a freguesia da Lomba?

Quem é que queria fazer uma “bateria” de bares desde o Mercado até à Praia Aurora?

Continuou a sua intervenção dizendo que todos os investimentos são feitos a pensar nos jovens, até porque há mais de 450 em formação, mesmo sabendo-se que em Amarante há muito poucas associações a fazer formação.

Quanto aos protocolos, disse que é preciso esclarecer de uma vez por todos que não se podem fazer protocolos com dinheiro proveniente de empréstimo. Quem fizer passar a mensagem de que isso é possível está a fazer demagogia.

Se esta proposta chumbar, ficando o empréstimo inviabilizado, terá de ser usado todo o dinheiro proveniente das receitas para amortizar os pagamentos e as dívidas contraídas até agora. Se o PSD inviabilizar o empréstimo, que por ser a 10 anos terá de o ser por maioria, ficarão comprometidas uma série de obras. Isto não é uma ameaça, é um facto.

Continuou a sua intervenção dizendo que irão ser recuperados mais de 50% do empréstimo. Quanto ao pedido do senhor Presidente da Junta da Lomba, disse que já tinha no seu gabinete um pedido para um terceiro reforço financeiro para a construção da Casa Mortuária. Até hoje nunca foi necessário fazer isso para nenhuma outra Junta. Agora, o senhor Presidente da Junta da Lomba andou a pavimentar estradas que pertenciam à Câmara e não o devia ter feito, porque evitava dessa forma os pedidos de reforço. Mas também não terá mais reforço nenhum. A abstenção trará consequências.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA**, o senhor **PAULO VASCONCELOS** que usando a figura de defesa da honra disse que cumpriu com rigor o protocolo, e vai demonstrá-lo logo que tenha as obras concluídas. A Casa Mortuária da Lomba é, certamente das que terá menor valor de trabalhos a mais.

Perguntou de seguida se haverá algum problema que a Lomba venha a ter um campo sintético? O senhor Presidente devia ter a coragem devia dizer aos habitantes da Lomba que não haverá mais nenhum dinheiro para Protocolos.

A senhora deputada Dra. **ANA RITA BATISTA**, usou também a figura de defesa da honra para dizer ao senhor Presidente que o futebol não é a cura para todos os males. Disse-lhe que também frequenta bares, e que apesar disso não é doente.

O senhor deputado **ENGENHEIRO HENRIQUE BAPTISTA** perguntou o porquê de uma verba de 400.000 € para o arranjo do Arquinho e Rua 31 de Janeiro. Mas que arranjo vai ser lá feito que justifique tal verba? Esta verba é para gastar na obra que está a ser feita, ou já vai ser executada nova obra?

Perguntou também se era verdade que a Câmara vá chamar a si as antigas instalações do SLAT?.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que começou por dizer que insultar é dizer que a Câmara faz politica de Carnaval. Relativamente ao facto dos jovens cada vez beberem mais e ficarem doentes, é ler os últimos estudos que dizem que uma grande percentagem de jovens até aos 30 anos estão a ficar com problemas sérios por causa do álcool.

Relativamente às instalações do antigo SLAT, disse que não são da Câmara. Estão entregues à Associação Sentido Único e ao Centro de Saúde. A Câmara, apenas é parceira no processo.

Quanto ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, disse que afinal ele confirma que lhe prometeram um relvado sintético.

Também não põe em causa o rigor da obra da Casa Mortuária e os valores que lá estão gastos. Agora, pergunta se alguma Junta de Freguesia se atreve a mandar pavimentar uma estrada municipal que nem sequer estava nos documentos previsionais da Junta de Freguesia?

Os 400.000€ são para pagar as obras que estão a decorrer.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato á votação deste ponto. Dessa votação apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA – 1

ABSTENÇÕES – 18

VOTOS A FAVOR – 55

Foi também a aprovada em MINUTA por Unanimidade.

Fizeram declaração de votos os senhores:

ENG. HENRIQUE BAPTISTA, que disse que votou contra, não por ser contra os investimentos, mas sim por ser contra o facto de se gastarem 2 milhões de euros em campos de futebol.

O senhor **PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA**, justificou o seu voto a favor porque o empréstimo contempla obras muito importantes para as freguesias. Se se tratasse só de futebol, votaria contra.

Antes de dar início à discussão do ponto número 4 da Ordem de Trabalhos, e porque já eram 24 horas, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs à consideração dos senhores deputados se devia ou não continuar os trabalhos. A Assembleia decidiu por Unanimidade dar continuidade à sessão.

PONTO Nº 4 – ESCLARECIMENTO DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA BARRAGEM DE AMARANTE/FRIDÃO

Relativamente a este ponto, usaram da palavra os senhores:

ENG, LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado deu a conhecer o trabalho desenvolvido pela Comissão de Acompanhamento até esta data, explanado no relatório que se encontra nos anexos desta acta. De referir que durante a explicação que procurou dar do relatório, foi interrompido várias vezes por alguns deputados da bancada do Partido Socialista, o que o levou a abandonar a tribuna, remetendo os senhores deputados interessados na explicação do mesmo para os anexos desta acta.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, começou por dizer que ia dar a sua posição pessoal acerca da construção da Barragem de Fridão. Assim, a sua posição relativamente a este assunto e depois do que ouviu no último debate é literalmente contra a construção da barragem. Apesar disso, tem por hábito respeitar posições diferentes da sua. No Partido Socialista sempre se respeitou isso, porque um homem só é livre quando é senhor da sua vontade e é somente escravo da sua consciência mais nata.

Continuou a sua intervenção dizendo que em nome da bancada do Partido Socialista repugna o comunicado que a Comissão publicou no Jornal de Amarante e no blog "poramarantesembarragens". Foi um acto pouco digno. Primeiro pela acusação que fizeram à bancada do partido Socialista, acusando-a de tentar fazer abortar a Comissão. Lembrou a votação para a eleição da Comissão. Zero votos contra. Cinco Abstenções e 65 votos a favor. Perante este resultado era no mínimo ético que respeitassem a postura do PS. Com a publicação do comunicado a Comissão assumiu claramente uma postura de ataque político partidário.

Continuando a sua intervenção referiu um cartaz do BE colocado pelas ruas da cidade onde havia 4 figuras públicas: o senhor Presidente da Câmara, o então Presidente da Assembleia Dr. Celso Freitas, o Dr. José Luís Gaspar e o Dr. Abel Afonso. Já nessa altura o BE estava a partidizar a questão da barragem. Estranhamente o PSD alinhou agora nesta postura.

Gostava também de questionar o papel do senhor Presidente da Assembleia acerca do seu papel na Comissão, uma vez que sendo ele o Presidente da Assembleia Municipal, não parece muito ético que tenha assinado o comunicado da Comissão.

Disse também que a Comissão foi eleita para o acompanhamento da construção da Barragem de Fridão. Perante isto há que colocar várias questões: Como na altura o Dr. Norte Simões tinha pedido a suspensão do mandato por 30 dias, que legitimidade tinha ele para assinar o comunicado? Quais são os objectivos da Comissão? Qual o âmbito? Que poder de intervenção a Comissão tem? Quais são os poderes que a Assembleia deu a essa Comissão?

Era suposto que ela fizesse chegar à Assembleia as informações de todo o trabalho que têm feito. Tal não aconteceu.

Pode a Comissão em nome da Assembleia Municipal terminar um comunicado da seguinte forma? – "...manifestar a sua total oposição à construção da Barragem e tudo fazer para a inviabilizar ". Onde ficam os senhores deputados que já vieram manifestar a sua não oposição à construção da barragem? Quem é que os representa na Comissão? Foram banidos? Pediu que o senhor Presidente da Assembleia esclareça esta situação.

Continuou a sua intervenção dizendo que não assistiu a todos os debates. Assistiu ao último e lamenta que em debates que se pretendia fossem esclarecedores estivesse sempre presente a EDP, que passou a ser o réu nesta questão. Quem viu as imagens no Amarante TV fica com a sensação que se está a ver mais do mesmo e mais dos mesmos. Poucos foram os deputados municipais que viu assistirem aos debates. Não se pode viciar o jogo. Não se pode ser árbitro e jogador ao mesmo tempo.

Usou de seguida a palavra o **Dr. PEDRO CUNHA**, que perguntou à oradora anterior se por acaso as decisões da Assembleia Municipal caducam quando há eleições? É que há uma decisão da Assembleia Municipal que sobre proposta do senhor Presidente da Câmara levou a que fosse votada por unanimidade uma decisão que era contra a construção da Barragem de Fridão. Essa decisão consta em acta e que se saiba a Assembleia Municipal não mudou ainda nenhum dos critérios então aprovados. Essa decisão não foi ainda revogada.

DRA. ELISA ANTUNES - BE

No uso da palavra começou por dizer que foram eleitos pelo povo e como tal estão ali para responder às questões relacionado com as decisões que forem tomadas. Têm toda a legitimidade para continuarem a funcionar no âmbito do projecto para que foram eleitos. A grande preocupação do PS, é o facto desta Comissão estar a realizar trabalho. Neste momento parece-lhe que ficavam contentes se nada estivesse a ser feito.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, usou da palavra para ler parte de uma acta de 2007, de modo a reforçar a legitimidade da Comissão eleita, que aliás está a apresentar trabalho. Não está a fazer chicana política.

SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU

No uso da palavra começou por dizer que é de lamentar o facto de ter havido deputados que tenham impedido o senhor deputado Eng. Van Zeller de explanar até ao fim o relatório das actividades da Comissão. O Partido Comunista nacional é contra esta construção assim como também é contra a do TUA.

Continuou a sua intervenção elogiando o papel do Engenheiro Van Zeller que tem sido incansável neste processo.

Temos de perceber de uma vez por todas que este é um presente envenenado da EDP, igual àquele que foi prometido aquando da construção da Barragem do Torrão. Onde Estão as contrapartidas que foram prometidas quando se construiu essa barragem? A cota que hoje se fala tem a ver com a do Torrão. É sempre de desconfiar duma grande obra da EDP para Amarante. Não vão dar nada a ninguém e a sua maior preocupação é o lucro. A paisagem vai alterar-se e temos de fazer tudo o que podermos para que não mexam no que está bem feito.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD

No uso da palavra disse que não era para intervir porque acha que continuamos a não encarar estes problemas de frente e com o sentido com que devem ser encarados. Desde 1992 que se fazem comissões, se aprovam moções, que se solicita às pessoas eleitas que façam eco das Moções junto das entidades competentes e até hoje o resultado foi zero. O senhor Presidente da Assembleia Municipal aludiu a uma Moção de 2007, mas já em 25/09/98 pela mão do PS e do BE na pessoa do senhor Professor Paiva, foram aprovadas por unanimidade 2 Moções que

solicitavam ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Assembleia de então que fossem porta vozes das decisões que fossem tomadas. Desde essa altura nunca mais se falou da Barragem a não ser agora.

Na última assembleia foi criado um grupo para acompanhamento da construção da barragem de Fridão. Foi nesse sentido que deu o seu voto. Está farto de Moções de resultado zero. Pensou que o grupo trazia hoje algum resultado decorrente da Moção que foi aprovada na Assembleia, das trocas de correspondência e de eventuais negociações do município com as partes decisórias do empreendimento ao longo de todo este tempo, porque isto não é novo na Assembleia. Na posse de elementos mais concretos e objectivos podíamos pedir responsabilidades políticas a quem temos que pedir. Devíamos ouvir a população porque ainda não foi ouvida e a melhor maneira, era fazer um referendo e só depois discutir as coisas mais seriamente.

Sempre teve a ideia que a barragem iria ser feita porque esta construção vai muito para além dos interesses concelhios. Gostava que alguém explicasse como é que quando estão em causa interesses sobre os quais não temos poderes, os resolvemos e travamos as suas consequências em nome da maioria dos amarantinos. Se depois de tudo isto não lhe for criado nenhum problema de consciência, estará sempre ao lado da decisão da maioria.

Continuou a sua intervenção dizendo à senhora deputada Elisa Antunes que ficou agastado com as afirmações que ela anteriormente proferiu. Não sabe se esta Comissão organizou algum debate ou não. Não tem conhecimento. Parece-lhe de bom-tom que a Comissão organize um debate sobre a Barragem, mas que dele fosse dada informação privilegiada aos membros da Assembleia.

Gostava de ver a Comissão trazer os organismos competentes deste país, porque são eles os únicos que podem falar indiferentemente de vontades explicando de uma vez por todas se o perigo da barragem de Fridão e o ancoró das águas vão arrasar o Arquinho, se o perigo é o manto de nevoeiro que se vai criar, se é este ou aquele problema ambiental, porque esses sim vão passar a existir. É importante conhecer os verdadeiros problemas, porque só assim e em consciência e que podemos tomar uma decisão. Só acreditará nos organismos oficiais do país.

SR. FERNANDO CARNEIRO – PSD

No uso da palavra, disse que percebeu agora porque é que o PS não quis fazer parte da Comissão. Afinal defendem a barragem de forma encapotada. O senhor Presidente da Câmara baralhou-o quando disse que não faz sentido ser contra a construção da Barragem e negociar contrapartidas. Face a esta posição, é pena que o senhor Presidente não tenha tido a coragem de assumir esta posição na devida altura. Tudo seria diferente. Caso a barragem venha a ser construída, devia haver já nesta altura uma carta reivindicativa para minorar os estragos. O senhor Presidente da Câmara já o devia ter feito. O PSD sabe há muito tempo que este processo é irreversível e como tal deviam estar preparados a exemplo do que já fizeram os municípios da Região de Basto. O PSD tem sido muito

transparente. O PS afinal é que não tem sido muito transparente. Pede esclarecimento.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

Disse mais uma vez que é contra a construção da Barragem. Aceita que na sua bancada hajam posições diferentes das suas. A liberdade é um bem precioso. Disse também que o PSD diz que é contra, mas querem que o senhor Presidente da Câmara negocie contrapartidas. Assumam-se de uma vez por todas que são contra a construção da Barragem, mas não pensem sequer em pedir contrapartidas. Estão a jogar para os dois lados. Afinal, neste processo quem é ambíguo é o PSD. O facto de em 2007 terem aprovado uma Moção por unanimidade, garante à Comissão não ter de fazer qualquer trabalho. Unanimemente foi acordado que eram contra a Barragem. É também bom lembrar que a Comissão foi criada apenas para acompanhar a construção e foi nesse sentido que teve o aval da Assembleia Municipal.

SR. JOSE AUGUSTO SILVA – PS

No uso da palavra começou por dizer que foi decidido criar uma comissão. Os senhores deputados nem tinham que ter a preocupação de saber quem ia constituir a comissão. Depois de criada a comissão, gostava de saber quem é que faz parte. A Comissão devia ter convidado todos os elementos da Assembleia Municipal para estarem presentes nos debates. Esteve presente em todos os que até agora se realizaram e não viu mais que 10 deputados.

O relatório que o senhor Engenheiro começou a explicar no início da sessão devia ter seguido juntamente com a convocatória desta assembleia.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer ao senhor deputado António Duarte que não compreende os parabéns que ele deu ao senhor Engenheiro Van Zeller. Então a barragem vai ser feita numa atitude conspirativa da EDP porque quer ganhar dinheiro. O primeiro debate realizado pela Comissão apenas teve a presença de gente da EDP. Só no segundo é que foram buscar outras pessoas. O professor Rui Cortes convidado pela segunda vez não apareceu. Apareceu um Engenheiro Agrónomo que veio dizer que o que se perde no vinho é muito mais do que aquilo que se vai ganhar em CO₂.

Continuou a sua intervenção dizendo que esteve recentemente num debate na TSF onde, questionado acerca da qualidade do vinho, disse que não se sabe se a qualidade vai ou não melhorar. Simplesmente temos os factos. Em Amarante há duas regiões de vinho tinto considerado o melhor do mundo. São elas Gatão e Ribeira de Cabra. O de Gatão não está associado à influência de nenhuma barragem. O de Ribeira de Cabra, está sob a influência de uma Barragem. Perante isto, haverá alguém presente que garanta que pelo facto de se terem construído barragens no Douro se tenha alterado a qualidade de vinho do Porto? Esse agrónomo é capaz de defender isso publicamente? A experiência parece que vem dizer o

contrário porque parece que a qualidade do vinho do Douro tem melhorado.

Relativamente a um site que serviu de base para que as pessoas que são contra a Barragem aí se manifestassem, sabe que de 12.000 habitantes da cidade apenas o fizeram cerca de 3.000. Muito pouco para quem anda há mais de um ano a tratar do assunto. Tudo tem servido. Desde tendas no meio da rua, às Festas do Junho. Depois tivemos uma campanha eleitoral, mas nessa altura o tema da barragem não foi discutido. Quem era de facto contra a barragem não teve mais votos do que há 4 anos.

Quem se põs numa posição inquisitorial do não à barragem sem querer discutir as consequências da construção perde claramente este debate e não têm legitimidade para falar sobre o assunto ao povo Amarantino.

Havia duas questões fundamentais. A questão de segurança e a questão dos impactos ambientais. Está convencido que a que mais preocupa os amarantinos é a questão de segurança. Esse convencimento vem do facto de quando se discutiram essas questões o Salão Nobre encheu. Os inquisidores e o Movimento contra a construção da barragem dizem que a barragem não é segura. Estavam à espera que toda a gente dissesse com eles. Como não alinhou por aí, chamou o LNEC que é a autoridade máxima em segurança de barragens. Nessa altura os inquisidores vieram para o debate insultar. Não fizeram perguntas. Chamaram herege ao técnico e disseram-lhe que estava a ser pago pela EDP. O Presidente do LNEC disse-lhes então que estava mais seguro a dormir na base de uma barragem do que num apartamento. Quanto á segurança ficou perfeitamente esclarecido porque confia no LNEC.

Não confia na EDP porque não foi ele que os convidou para falarem de segurança. Convidou técnicos independentes, mesmo sabendo que a EDP quer o lucro e que para o ter tem de jogar acima de tudo na segurança. Se uma estrutura destas rebentasse, era a falência da EDP. As pessoas ficaram esclarecidas quanto á segurança e não apareceram mais,

Nos outros debates foi sempre a mesma história. Três ou quatro pessoas do movimento a dizer não à barragem, talvez por uma questão de fé.

Continuou a intervenção dizendo que será sempre contra a construção da barragem enquanto não estiver completamente esclarecido e sendo assim, por uma questão de decência não vai negociar contrapartidas.

No último debate foi dito que vai haver alterações de 70%. Mas devia ter dito que há uma alteração nos ecossistemas de 70%, o que não significa que o ecossistema que se vai formar de novo seja pior do que aquele que vai ser destruído. Estudar os ecossistemas é extremamente complexo e não é no estudo do impacto ambiental que se estuda aprofundadamente estas coisas.

Por exemplo o estudo recente de um troço de uma auto-estrada levou a que se dissesse que havia por ali uns lobos e se gastassem mais de 40 milhões de euros a fazer-lhes uma passagem. Quem é que vai pagar isso? Não são os contribuintes? Quantos lobos, se é que os há, por lá passaram? Que o ecossistema vai mudar, disso não tem dúvidas. Mas que mudanças vão acontecer? Ninguém com rigor pode garantir seja o que for.

Quanto à qualidade da água, é evidente que ela a montante não vai melhorar. Agora poderá melhorar se forem feitos investimentos no Tâmega que permitam melhorar essa qualidade. Para isso é preciso construir ETARS ao longo do Tâmega que terão de ser construídas antes da Barragem e através de sistemas multimunicipais, estações essas já com a possibilidade de retirar à água azoto e fósforo. Se assim for, é evidente que em Amarante não vamos ter água de pior qualidade.

Perante tudo isto, continua a preferir que os rios corram livremente, mas também de terá de se ter em conta o interesse nacional.

Continuou a sua intervenção lembrando ao senhor deputado António Duarte, que em Almorol não houve nenhuma luta popular. Para ver se alguém lhe pegava, Almorol foi lançada a concurso juntamente com Fridão. Ninguém a quis, até porque Almorol foi considerada anti-económica.

O que gostava era de ter visto da parte do não argumentos científicos que o justificassem. Apenas tiveram uns inquisidores. Foi Galileu enquanto foi contrariando. Já não foi Galileu, quando não bateu com a cabeça conforme eles queriam. Não sabem o que estão a dizer nem se preocuparam a estudar o problema e como tal não tem legitimidade para impor uma solução à maioria.

Fala-se agora num referendo. Sim, mas faça-se para tudo, porque só se pode aceitar um referendo quando o poder político não tem coragem para tomar uma decisão. O referendo só seria válido quando o poder político tem legitimidade para tomar uma decisão e não a quer tomar. Nessa situação nem sequer se deve meter na discussão. O referendo passa a ser um plebiscito quando o partido que o propõe diz aos seus eleitores como é que eles devem votar. Nessa altura apenas serve para "lavar as mãos".

Admitindo-se a construção da barragem, acha que está a interpretar o sentimento da maioria dos amarantinos, mas mesmo que não estivesse convencido da verdade não se tornará Galileu porque não vergará a espinha.

ENG. VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra começou por dizer que os debates valeram a pena e foram esclarecedores. O estudo do Impacte Ambiental esteve em debate até ao passado dia 15. A comissão de Acompanhamento nada tem contra a EDP.

Terminou a sua intervenção fazendo um convite para que todos estivessem presentes numa sessão a realizar no dia 6, onde irão estar presentes, entre outras algumas das pessoas e entidades que apresentaram reclamações ao estudo do Impacte Ambiental.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD

No uso da palavra começou por dizer que não se deve viciar o debate. O referendo apenas iria no sentido de ajudar a fazer um debate sério, porque no seu entender o caso politizou-se demais. As pessoas começam a não pensar por elas próprias. O problema da construção é dos amarantinos mas não só. Estes debates já se deviam ter alargado aos 5 municípios envolvidos.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra, disse que no último debate o senhor Presidente da Câmara disse que ficou esclarecido. Afinal parece que não está. A Câmara realizou um às 18 horas. A essahora é para não ir ninguém?

O senhor Presidente da Câmara devia ter vergonha e de uma vez por todas dizer aos Amarantinos se está com eles nesta luta, ou se está ao lado do governo.

Por sua vez o senhor deputado **FERNANDO CARNEIRO**, perguntou mais uma vez ao senhor Presidente da Câmara, qual era a sua verdadeira posição relativamente a todo este processo?

SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU

No uso da palavra começou por dizer que factos são factos.

A Barragem do Torrão envergonha-nos.

Nesta questão da Barragem de Fridão, não está como político, nem é disso que se trata. Está como outro qualquer cidadão interessado em defender os interesses de Amarante.

Disse também achar estranho que ninguém de Fridão se tenha oposto até hoje à Barragem. Em Celorico ninguém tem ainda a noção do que vai acontecer se foi feita a construção. Apenas o senhor Presidente da Câmara se manifestou.

Em Mondim vão acontecer alterações profundas.

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou de novo a palavra para dizer que mantém a posição que tem relativamente à Barragem. Depois de ouvir os técnicos que já ouviu, tem de admitir que ela poderá ser feita.

Agora, nunca ouviu os do contra argumentarem com conhecimentos científicos. Os debates tem sido de um conservadorismo atroz, porque a preocupação de alguns, é serem contra a barragem, mas não se importando que seja construída na terra dos outros.

Falou-se em planos de emergência, quando se sabe que só serão elaborados quando a barragem estiver construída.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD

No uso da palavra começou por dizer que ninguém é obrigado a estar nas Assembleias Municipais. Temos de ter comportamentos próprios do lugar que ocupamos. É reprovável o que hoje se está a passar. Pediu ao senhor Presidente da Assembleia que não deixe que novas situações aconteçam.

Dirigiu-se depois ao senhor Presidente da Câmara dizendo-lhe que ele confunde a árvore com a floresta. O senhor Presidente deve de uma vez por todos assumir a postura de Presidente da Câmara de todos os amarantinos, porque é neste papel que le deve estar nas Assembleias. Aos senhores Vereadores disse que é nestes momentos que se deve ter nervos de aço.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que é Presidente do órgão Câmara eleito nas listas do PS e como tal tem de defender o programa do Partido Socialista. O incidente que aconteceu com o senhor Vereador resolve-se com a Lei 169/99 que diz que quem fala pela Câmara é o Presidente da Câmara. Os Vereadores se se sentirem molestados devem pedir autorização para se defenderem.

PROF. PEDRO REIS – PSD

No uso da palavra disse que a barragem não é da responsabilidade directa do município. Poderá alguém decidir por nós e nada podemos fazer para impedir. O PSD como partido do poder tem a responsabilidade de pensar mais adiante. Se nos impuserem a Barragem, não dizemos negociar contrapartidas, mas se calhar devemos começar a pensar em algumas. O Plano B passa por aí. O PSD é contra a construção da Barragem, mas nada impede o partido de pensar num plano B.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, e cumprido que estava a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando era 1.30 horas do dia 27 de Fevereiro. Da presente sessão, foi lavrada a presente acta que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O PRESIDENTE_____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO_____

O SEGUNDO SECRETÁRIO_____

